

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de maio de 2023 - Ata n.º 37.

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Márcio Pacheco** (na função de 1.º Secretário) e **Mabel Canto** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **37.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Mabel Canto que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Mabel Canto – PSDB): (Procedeu à leitura da Ata da 36.ª Sessão Ordinária, de 8 de maio de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Marcio Pacheco, 1.º Secretário, se há Expediente a ser lido.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Marcio Pacheco – REP): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 67/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 370/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação, ao município de Umuarama, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 68/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 371/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 69/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 372/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Doutor Camargo, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 70/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 373/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Flórida; **Mensagem n.º 71/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 374/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Entre Rios do Oeste; **Mensagem n.º 72/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 375/2023)** que dispõe sobre as Cooperativas-Escola e dá outras providências.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1130/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a requerimento da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1133/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Arilson Chiorato; **Ofícios n.ºs 1132, 1131 e 1146/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da

Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Educação a requerimentos do Deputado Professor Lemos; **Ofícios n.ºs 1135, 1144 e 1145/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1134/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 1140/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento dos Deputados Dr. Antenor e Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1142/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento do Deputado Luis Corti; **Ofícios n.ºs 1136 e 1139/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Companhia Paranaense de Energia a Requerimentos do Deputado Gugu Bueno; **Ofício n.º 1137/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino superior a requerimento do Deputado Batatinha; **Ofícios n.ºs 1138 e 1143/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimentos da deputada Marli Paulino; **Ofício n.º 1093/2023** da Casa Civil, encaminhando prestação de Contas do Fundo para desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura – Funpar, referente ao exercício financeiro do ano de 2022.

Era o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos alunos membros do Laboratório de Práticas Legislativas da Universidade Federal do Paraná, que se encontram aqui na Assembleia a nosso convite e da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado. Vamos ao primeiro horário do Pequeno Expediente, primeiro orador, Deputado Denian Couto, pelo Podemos.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Subo a esta tribuna para fazer um pedido a V.Ex.^a, Presidente Ademar Traiano, que esta Assembleia Legislativa, a Casa do Povo do Paraná emita

formalmente uma nota de repúdio às manifestações proferidas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em uma entrevista à TV Cultura, ao Programa Roda Viva. Nessa entrevista, Presidente, o Ministro do Supremo disse que Curitiba é fascista. Nós, como representantes do povo do Paraná, do Poder Legislativo do Estado não podemos aceitar essa posição de um homem que, no exercício da magistratura, comporta-se de forma diversa ao que se espera de um magistrado. O comportamento do Ministro Gilmar Mendes é de político. Ele rasgou a toga, e não é de hoje. Gilmar Mendes, no Supremo Tribunal Federal, atua politicamente. Ele é voz da política e não voz da Justiça. Ou esta Casa se insurge verdadeiramente, em uma posição formal dos representantes do povo do Paraná de repudiar o que disse o Ministro Gilmar Mendes, ou o nosso silêncio poderá ser confundido como conivência, o que não podemos tolerar. O Ministro Gilmar Mendes, este sim tem uma conduta parcial. Vou relembrar aqui algumas falas, Presidente Traiano, que não configuram a minha opinião e começo com a fala do Ministro Barroso. Barroso disse há cinco anos o seguinte: *É bôlis, é ódio, é mau sentimento, uma coisa horrível. Vossa Excelência nos envergonha. Vossa Excelência é uma desonra para o Tribunal. Vossa Excelência desmoraliza o Tribunal. É muito penoso, para todos nós, termos que conviver com V.Ex.^a aqui. Não tem ideia, não tem patriotismo. Está sempre atrás de algum interesse, que não o da Justiça. Uma vergonha, um constrangimento.* O Ex-Ministro Joaquim Barbosa disse o seguinte a Gilmar Mendes: *Vossa Excelência não tem condição alguma. Vossa Excelência está destruindo a Justiça deste País e vem agora dar lição de moral em mim? Saia à rua, Ministro Gilmar. Vossa Excelência não está na rua, não, V.Ex.^a está na mídia.* Magistrado deveria falar nos autos e não na televisão. Juiz não tem que dar entrevista, Juiz fala nos autos do processo. Mas, Gilmar Mendes não se comporta como Magistrado, comporta-se como político. Deveria renunciar o mandato, se tivesse dignidade. Apresente seu nome, concorra na eleição, vá buscar espaço no Poder Legislativo ou no Executivo, e comporte-se como político que é. Agora, no Judiciário, atua de maneira absolutamente contrária à divisão dos Poderes. Gilmar Mendes é, entre os 11 Ministros do Supremo, aquele que pior atua no sentido do interesse público, porque Gilmar

Mendes está, como diria o Ministro Barroso, sempre atrás de algum interesse que não o da Justiça. Um membro do Poder Judiciário, da mais alta Corte da República, disse que temos fascismo, que criamos o Bolsonaro, que Curitiba isso ou aquilo. Pois eu quero dizer que Curitiba é farol para esta República, Curitiba é orgulho do Brasil; aqui o povo não tolera corrupto, aqui em Curitiba o povo *não passa pano* para vagabundo de qualquer espécie.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Denian, V.Ex.^a passa a usar o horário da liderança do seu Partido.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. A Operação Lava Jato - e é importante lembrar àqueles que fingem demência -, a Operação Lava Jato, o trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público, do então Juiz Sergio Moro, ele foi referendado pelos tribunais. Quando o Sergio Moro condenou, o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, em Porto Alegre, não apenas manteve a condenação de Lula e de outros corruptos, como aumentou a pena. Quando esse caso subiu a Brasília, no Superior Tribunal de Justiça, o placar foi de 5 a 0 pela manutenção da condenação dos corruptos, mas para o discurso da esquerda interessa a demonização daqueles que combatem o crime. E a coisa tomou tal grau neste País que um Ministro da Suprema Corte vai a um programa de televisão, ofende Curitiba, ofende o povo do Paraná, ofende este Estado e reina o silêncio por parte daqueles que deveriam justamente se investir contra isso. Por isso, Sr. Presidente, faço novamente um apelo a V.Ex.^a, em meu nome e tenho certeza de que em nome do povo do Paraná. A Assembleia Legislativa precisa formalmente, como Parlamento, como a Casa do Povo do Paraná emitir um posicionamento formal de repudiar o que disse o Ministro Gilmar Mendes. Há pouco vi nas redes sociais uma manifestação do Governador Ratinho Júnior criticando o Ministro Gilmar Mendes, vi um posicionamento do Vice-Prefeito de Curitiba, Secretário de Estado, Eduardo Pimentel, vi diferentes Vereadores na nossa Câmara Municipal aqui da mesma maneira e não pode esta Assembleia Legislativa calar-se. Esta Assembleia é uma Casa plural, temos aqui diferentes posições e visões de mundo, diferentes posições ideológicas, mas esta Casa é a

plena e total representação do interesse público do Paraná e não podemos tolerar que a fala do Ministro Gilmar Mendes passe em branco, que essa manifestação seja tratada: *Deixa para lá, é mais um arroubo do Sr. Ministro Gilmar Mendes*. Não se trata de arroubo, trata-se de uma conduta de forma rotineira. Gilmar Mendes é useiro e vezeiro em atacar Curitiba, em atacar as instituições, em atacar o Poder Judiciário, em atacar o Ministério Público, em atacar a Polícia Federal, em atacar a imprensa, em atacar os políticos do Estado do Paraná. É sempre assim. Se alguém achar que essa fala do Ministro Gilmar Mendes está desconectada, dê um *Google*, digite “*Gilmar Mendes Curitiba*” e veja quantas e quantas vezes o Ministro da Suprema Corte assim já se manifestou. É hora de um basta. Chega! Este Parlamento precisa se elevar. Daqui tem que sair a voz da resistência, daqui tem que sair a voz da confrontação, a não aceitação ao que disse o Ministro da Suprema Corte. E o pior é que o Supremo Tribunal Federal tende a piorar, porque as notícias também dizem que o Presidente Lula, por exemplo, indicará o próprio advogado à cadeira de Ministro da Suprema Corte. Está ruim? A tendência é piorar. Ou erguemos a nossa voz agora, neste momento, como Parlamento... Não é o discurso do Deputado Denian, esta tem que ser uma posição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná contra o Ministro Gilmar Mendes. Que esta Casa faça o que fez o Governador, faça o que fez o Vice-Prefeito, faça o que estão fazendo vozes isoladas da política, da Magistratura, do Ministério Público, da Polícia Federal, das instituições. Nós, como curitibanos, de nascimento ou por escolha, não podemos tolerar este tipo de situação. Agradeço, Sr. Presidente, e peço encarecidamente a V.Ex.^a que se manifeste contra o que falou o Ministro do Supremo Tribunal, Gilmar Mendes, que nada tem a ver com Curitiba e com o Estado do Paraná. Viva Curitiba!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra a Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde, Presidente e demais colegas Deputados. Hoje é um dia triste. O Brasil perdeu a rainha do rock, Rita Lee, cantora que marcou muitas gerações, uma mulher à frente do seu tempo,

uma mulher que nunca abaixou a cabeça, uma mulher que jogou luz sobre temas importantes da sociedade. E hoje, assistindo ao jornal do meio-dia, soube que a Rita Lee inclusive escolheu Curitiba para fazer um casamento de mentirinha com o seu marido Roberto de Carvalho, no jeito dela de ser. De certa forma, ela queria contemplar a cidade, homenagear a nossa Curitiba. E não poderia ser diferente, meus amigos, Curitiba que é reconhecida internacionalmente pela questão ambiental, pelos seus parques, pela mobilidade urbana, pela inovação, sem falar no seu povo, ordeiro e trabalhador. Curitiba que tão bem me acolheu há 20 anos, Curitiba que é exemplo pelas suas ruas limpas e organizadas, pelas suas características tão simples e tão singelas, pelas feiras diárias, gastronômicas, que nos apetece, pelo frio intenso e único, e pelas Ruas da Cidadania, que são simplesmente únicas e exemplo. Enfim, Curitiba que é encantadora. Mas, Curitiba também foi citada de uma forma infeliz, meu amigo Tito. E aqui preciso reforçar mais uma vez as palavras do meu amigo e Ex-Vereador comigo na Câmara de Vereadores, meu amigo Denian, que tão bem falou aqui agora, tão bem se posicionou. Ontem, no programa Roda Viva, o Ministro Gilmar Mendes atacou Curitiba, a *Operação Lava Jato* e o trabalho feito por ela para prender corruptos. Bem, ele afirmou que a capital dos paranaenses, que foi base das investigações da Lava Jato, tem o *germe do fascismo*. A Lava Jato, comandado pelo nosso Senador Sergio Moro, combateu a corrupção, prendeu criminosos que saquearam o nosso País e foi apontada como a mais corajosa ação contra o crime de colarinho branco do Brasil, sendo equiparada à operação *Mãos Limpas*, da Itália, que enfrentou a máfia italiana. E não só isso, a *Lava jato* devolveu aos cofres públicos mais de R\$ 4 bilhões por meio de acordos de colaboração premiada e Acordos de Leniência. Na época, o próprio Gilmar Mendes afirmou que o PT tinha um plano perfeito para se eternizar no poder interrompido pela *Operação Lava Jato*. Hoje, com os ventos dos interesses daqueles que querem perpetuar um governo corrupto no Palácio do Alvorada, Mendes se mostra uma pessoa intocável na moralidade, que busca, sim, os holofotes da imprensa. É realmente isso que acontece. Então, não vou permitir esses ataques a Curitiba de forma alguma, a esta cidade que escolhi para morar há 20 anos e é a cidade, inclusive,

onde tive um dos meus filhos. Curitiba sempre foi vanguarda para o Brasil e para o mundo, inclusive no combate à corrupção. É triste, é muito triste que um Ministro do STF trate Curitiba como caricatura e por uma inverdade, valendo-se de uma *fake news* da esquerda. Chama-me atenção também que os Ministros que são daqui do Paraná não defenderam a nossa capital. Onde está, até agora, o posicionamento do Ministro Fachin? Ele não é daqui, mas por muito tempo permaneceu aqui. Chama-me atenção que até o momento ele não se pronunciou. Seriam eles coniventes com isso, Deputado Denian? Ministro Gilmar, o mínimo que deve a Curitiba é um pedido de desculpas. Boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Fabio Oliveira, pelo Podemos.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Venho a esta tribuna, a qual prometi a mim mesmo que não iria usá-la com exagero, mas tem situações que simplesmente saem do controle, são aterrorizantes e nos obrigam a vir exercer este nosso direito. Dormirmos ontem como curitibanos, como o Deputado Denian disse, independente se de nascença ou adotados, com uma fala extremamente ridícula do Ministro Gilmar Mendes. Gilmar Mendes mais uma vez não respeitou sua posição de Ministro e pior, ele reforçou o discurso de ódio, que parece que até está se tornando moda. O ódio do bem parece que é o que está acontecendo nos últimos dias aqui no Brasil. Gilmar Mendes disse que Curitiba tem o *germe do fascismo*. E aqueles que na sua maioria dizem que o amor venceu, usam com o ódio a palavra fascista, como se nessa palavra não se tivesse relacionado de uma maneira adjetiva crueldade, maldade, monstruosidade. Essa palavra representa isso, nada mais do que isso. Foi com muita irresponsabilidade que o Ministro Gilmar Mendes falou que Curitiba tem o *germe do fascismo*. Esses rótulos relacionados ao fascismo, ao nazismo estão sendo, de maneira frequente e de forma indiscriminada, usadas contra grupos e comunidades que simplesmente são contrários a um ponto de vista. Esses discursos de ódios só aumentam a polarização e dificultam o diálogo produtivo, e isso com certeza são ações e atitudes de governos totalitários. Curitiba, sim, foi o

palco da maior investigação contra corrupção do Brasil, trouxe à luz o maior roubo que foi causado aos cofres públicos e todas as mortes que essa corrupção trouxe. E se falta conhecimento, se falta cultura, se falta conhecimento político e histórico, Sr. Gilmar Mendes, vou te resumir: Curitiba tem, sim, um sistema de governo democrático e respeita as leis individuais, inclusive a liberdade de expressão, aquela que o Ministro discursa favoravelmente e é a favor do PL da Censura. Curitiba é aberta às pessoas de diferentes culturas e origens, a cidade tem uma vasta comunidade de imigrantes e refugiados. Não sei se o Ministro Gilmar Mendes sabe, mas diversidade cultural é antônimo, é contrário aos princípios do fascismo. O fascismo enfatiza homogeneidade cultural e exclusão de grupos diferentes e o curitibano não faz isso. Curitiba nunca fez e nunca fará. Tenho muito orgulho de ter sido adotado por Curitiba e não vou permitir que palavras como essas sejam colocadas contra nós curitibanos. É muita covardia do Sr. Ministro desprezar a nossa cidade, desprezar a população curitibana e desprezar a operação que prendeu os protegidos desse Ministro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra o Deputado Delegado Tito, pelo União Brasil também.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo, atleticano, como disse ontem, falta apenas fazer parte da torcida Fanáticos; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; cumprimento os demais Deputados, jornalistas, população que nos assiste e população que nos acompanha aqui nas tribunas. Senhores, na data de hoje, sou o quarto Deputado que vem tratar do mesmo tema. E quando quatro Deputados, representantes da comunidade, da sociedade, trazem um tema de forma contínua, é que algo muito grave está ocorrendo. Vocês assistiram ou tomaram ciência de que, na data de ontem, o nosso Ex.^{mo} Ministro Gilmar Mendes, em entrevista à Roda Viva, afirmou que Curitiba gerou Bolsonaro, que Curitiba tem o germe do fascismo. Utilizo o termo

fascismo obviamente de forma pejorativa. Fascismo é um movimento totalitário de extrema direita que tem origem em 1919, em Benito Mussolini. O fascismo é exemplo daquilo que não queremos. O fascismo é o exemplo do antidemocrático, de onde não há contraditório, de onde não há ampla defesa. E chama Curitiba de a originadora, o *germe do fascismo* - também de forma pejorativa utiliza o termo germe e não gênese, porque se utilizasse gênese seria o início ou o começo, e quando se utiliza a palavra germe é de forma pejorativa, ruim, péssima para a sociedade. Eu, como Deputado Estadual eleito pelo Estado do Paraná, em especial Curitiba, fui o terceiro Deputado mais votado daqui, depois da Deputada Marcia Huçulak e depois do Deputado Ney Leprevost, com quase 40 mil votos, saí eleito de Curitiba, não vou permitir, Sr. Presidente, quem quer que seja, mesmo Ministro do STF, que utilize palavras pejorativas em relação à nossa cidade. Fiz um ofício, Sr. Presidente, um Requerimento de Moção de Repúdio que quero colocar em votação. E diz aqui: *Requeremos, ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão e o envio de Moção de Repúdio à fala inaceitável, descabida, polêmica e inadequada no Ministro Gilmar Mendes sobre Curitiba durante o programa Roda Viva, na TV Cultura*. Espero o apoio de V.Ex.^a, espero o apoio dos demais Deputados. E proponho também uma Audiência Pública de desagravo, porque Curitiba não merece ser chamada de germe de um modelo totalitarista que é o fascismo. Nós, povo curitibano não aceitamos isso em hipótese alguma. Precisamos, Sr. Presidente, tomar providências contra falas descabidas que denigrem a imagem da nossa capital, que é um exemplo para o País, com um IDH - Índice de Desenvolvimento Humano dos mais altos do mundo, com uma população ordeira e, sim, uma população que não aceita injustiças, uma população que quer que criminosos sejam punidos e que tenham as consequências da lei. Obviamente, o Sr. Ministro Gilmar Mendes utilizou a palavra no sentido de tecer críticas à Lava Jato. Vamos lembrar que a Operação Lava Jato, ao contrário do inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal, senhores jornalistas, ao contrário do inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal, lá teve contraditório, lá teve ampla defesa, lá tivemos uma investigação independente da Polícia Federal, um Ministério Público

independente, um Tribunal Federal Regional que reanalisou todas as provas; tivemos análise do STJ e do STF. Diferentemente desse inquérito que tramita atualmente no Supremo Tribunal Federal, onde vigora um modelo inquisitivo, um modelo que é inaceitável dentro do contexto que vivemos em sociedade. As argumentações de nulidade que o próprio Ministro Gilmar Mendes acolheu na época, senhores jornalistas, afirmando que havia incompetência territorial, rasgam os princípios mais basilares do processo penal, porque a incompetência territorial, Sr. Presidente, é uma incompetência relativa, não anula os atos quando não levantada a incompetência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança do Partido.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): A incompetência territorial não anula os atos quando não arguida no momento oportuno, e assim ocorreu na época. É a mesma coisa, Sr. Presidente, que houvesse uma decisão criminal do juízo de Almirante Tamandaré, na área penal, e não fosse levantada a questão no prazo, não poderia a Justiça anular os atos e determinar que o processo tramitasse em Curitiba. Então, a argumentação garantista arremeteria até o pai do garantismo, que é Luidi Ferrajoli, autor da obra *Direito e Razão – Derecho y Razón*, que é prefaciada por Norberto Bobbio, quando diz que o garantismo, senhores jornalistas, nada mais é do que seguir os princípios inseridos em um determinado Estado de Direito. Pergunto a V.Ex.^{as}: Que interpretação é essa que desconsidera as regras vigentes e a jurisprudência vigente para anular todo um processo que tramitou em quatro instâncias? Quatro instâncias, sim, porque tramitou em 1.º Grau, em 2.º Grau, no STJ e no STF - em quatro instâncias. E ainda assim, agora, argumentam que nós, curitibanos, somos a gênese, somos o germe de um modelo totalitarista. Não podemos aceitar. Então, peço o apoio de V.Ex.^{as} em relação ao Requerimento, que seja assinado por todos, de Moção de Repúdio ao Ex.^{mo} Ministro do STF, Sr. Gilmar Mendes, para que respeite Curitiba, porque aqui pugnamos pela legalidade, pelo Estado Democrático de Direito e não vamos aceitar politicagem feita por Ministros do STF. Como Deputado Estadual

eleito pelo povo, não tenho medo. Se tiver meu mandato cassado, se tiver minhas redes sociais bloqueadas, que o tenha, porque não tenho medo. Represento a população paranaense que me elegeu e, aliás, não tive um cabo eleitoral, fui eleito pela população paranaense de bem e já saí eleito de Curitiba. Então, não tenho medo. Vou enfrentar e faremos – se os Deputados me apoiarem – uma Audiência Pública para desagravarmos Curitiba, porque ela, sim, o merece. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não temos mais nenhum orador inscrito no Horário das Lideranças. Queria me manifestar sobre as falas dos Sr.^s Deputados para dizer o seguinte, esta Casa tem uma tradição história de não votar voto de repúdio. Já tivemos situações bem conturbadas, piores do que esta. Acredito que esta Presidência fará uma nota, sim, em relação ao tema, acho que o Ministro foi infeliz e faremos uma nota pública, mas não temos como orientação votar voto de repúdio. Mas, manifestar-me-ei em nome do Poder Legislativo. Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri. Antes disso, registro a presença dos Vereadores de Loanda, Sr. José da Saúde, Sr. Isaião e Sr. Edmar Gerosa, por solicitação do Deputado Adão Litro; do Vereador de Dois Vizinhos, Sr. Juarez Alberton, do Secretário de Planejamento, Sr. Nilton Almeida, e do Secretário da Habitação, Sr. Valdemar da Silveira, por solicitação do Deputado Adão; e também do Presidente da Câmara de Prudentópolis, Sr. Lademiro Budnik, da Prefeita de São Jorge do Oeste, Sr.^a Leila Rocha, do Vice-Prefeito, Vanderlei, e do Vereador Valdir Martendal, por solicitação do Deputado Corti, a quem também me associo. Registro a visita dos alunos do ensino médio do Colégio Fênix, de Curitiba, acompanhados do Diretor Rubens Matsuda e do Professor Ildomar da Cunha. Sejam bem-vindos à nossa Casa aqui todos. (Aplausos.) Com a palavra o Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, não vou usar a tribuna lá hoje, vou falar daqui rapidamente. Quero saudar primeiro o Vereador Clodoaldo, de União da Vitória, minha terra natal, que aqui se encontra. Gostaria de dar um recado a todos os Parlamentares que aqui estão. Não sei se estão me ouvindo,

mas vou falar. A Casa Civil do Governo Ratinho Júnior, demonstrando que é praxe, amanhã está estabelecendo, através da Liderança do Governo e da Casa Civil, vamos receber o FES, para que possamos tentar avançar nas conversas relativas à questão salarial. O Deputado Lemos, que representa parcela significativa desse segmento, sabe disso, atuou para que isso acontecesse. Então, só quero dar o recado para todos que amanhã, às 10 horas da manhã, esta Liderança e representantes da Casa Civil estaremos recebendo o FES. E só quero finalizar e me associar a todos os colegas em relação a este momento difícil que é a fala do Ministro. O Ministro foi totalmente infeliz e ninguém está livre disso, mas ele foi infeliz e se eu fosse ele, que é um jurista extremamente capacitado e competente, viria a público e pediria desculpas. Eu acho. Eu, quando erro, faço isso. Eu faço. Ah, já pediu? Ah, o Deputado Requião está falando para mim que ele já pediu desculpas.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, um aparte.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, provavelmente não estarei amanhã aqui, mas gostaria muito de participar da reunião do FES. Estamos com a interiorização em Maringá, os Deputados já estão lá e estou aqui. Então, amanhã cedo viajo para Maringá. No entanto, acho que o grande pedido - quero aqui de público só ressaltar - é que pudéssemos tirar os 3,39% da conta dos 5,7%. Vossa Excelência sabe do que estamos falando; e se for possível isso, de fato, seria uma grande possibilidade de avançar e evitar qualquer movimento mais radicalizado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não é uma resposta que cabe a mim, mas vou fazer o possível. É isso, Sr. Presidente, que queria passar a V.Ex.^a e, com todo respeito ao que foi dito aqui, também sou contrário a qualquer tipo de atitude e nota de repúdio. Acho que já está claro, o Presidente vai colocar uma posição da Casa, e acho que é o que basta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião com a palavra.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e caros Deputados, leio aqui um *Twitter* do meu professor que foi e Ministro do STF, Gilmar Mendes: *“Ontem, em entrevista ao Roda Viva, usei uma metonímia que merece explicitação. Jamais quis ofender o povo curitibano. Não foi Curitiba o gérmen do fascismo, foi a assim chamada ‘República de Curitiba’ – Operação Lava Jato e os juízes responsáveis por ela na capital paranaense”*. E vejo agressões dizendo que o Ministro Gilmar Mendes rasgou a toga para fazer política. Não seria esse o Juiz Sergio Moro que rasgou a toga, teve suas decisões anuladas, abandonou a magistratura negociando para ser Ministro do STF, foi Ministro do Bolsonaro e, em um erro político, agrediu o próprio chefe e perdeu a cadeira no STF. Elegeu-se Senador pelo Estado do meu Paraná. Triste essa eleição. Hoje deveríamos ter no Globo Repórter um programa inteirinho sobre os Senadores do Paraná: *Quem são, onde estão, o que comem, como votam e o que pensam?* Porque Moro só fala besteira, os outros dois nem falam. Moro foi engolido pelo Flávio Dino em uma Comissão do Congresso, onde Flávio Dino disse que ele, quando juiz, foi um juiz sério, nunca fez conluio com o Ministério Público. Flávio Dino nunca como juiz teve uma sentença anulada. Moro, em conluio com o Ministério Público, em busca de uma cadeira no STF, transformou a Lava Jato em palanque político. Ele, o Deltan, aqueles que votam contra a equiparação salarial das mulheres. São esses os representantes do nosso Paraná? Creio que não. E temos que concordar com o Gilmar Mendes em parte. Infelizmente, esse fantasma maldito do fascismo assombra não Curitiba, mas a República - aqueles que acham que a toga serve para perseguir, aqueles que acham que o Ministério Público serve para impor as suas opiniões. Esses sim fascistas, canalhas. Com o perdão da palavra, Presidente, por muitas vezes até vagabundos que sujam as instituições. Gilmar foi aqui acusado de atacar as instituições, mas o Governo que atacou o Congresso, imprensa e toda e qualquer instituição foi o Governo que perdeu as eleições federais. O Governo que buscava que as pessoas não se informassem através da imprensa não foi o STF, foi o Governo que alguns Deputados aqui apoiaram e

ainda, como viúvas, choram a sua morte. O Gilmar Mendes já explicou o que quis dizer. Errou, um pequeno deslize. Generalizar nunca é o caminho, mas aqueles que se sentiram ofendidos têm em seu DNA uma perninha fascista, porque sou curitibano e não me senti ofendido, porque sei que não sou fascista, que defendo aqui os interesses públicos do Paraná, defendo aqui a igualdade de direitos, defendo aqui a liberdade de expressão. Uso da minha cadeira, enquanto estou Deputado, para apontar erros e caminhos que acho que devem ser seguidos como acertos. Faço isso com o Governador Ratinho, faço isso com o Presidente Lula, faria isso sem nenhum problema - e já o fiz - com o Prefeito da Capital de Curitiba, Rafael Greca, porque representamos aqui não apenas aqueles que votaram em nós ou em nossa sigla, mas representamos como um todo, de maneira macro, todo o povo do Paraná. E o fascismo será combatido do a quem doer.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro também a presença na Casa, a visita de acadêmicos do curso de administração pública da Universidade Federal do Paraná, campus Litoral, acompanhados pela professora Daniele Arcanjo. Sejam bem-vindos aqui na Casa. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel*

Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Samuel Dantas (PROS), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) **(44 Parlamentares)**; **Deputados ausentes com justificativa:** Alexandre Curi (PSD), função administrativa; Goura (PDT), conforme art. 97 § 3.º IV do Regimento Interno; Maria Victória (PP), função administrativa; e Paulo Gomes (PP), conforme art. 104 I § 1.º do Regimento Interno **(4 Parlamentares)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Arilson Chiorato (PT), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Do Carmo (UNIÃO), Ricardo Arruda (PL), e Soldado Adriano José (PP) **(6 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 362/2023**, dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós, Mabel Canto e Marcio Pacheco, que cria a Política Estadual de Saúde Mental para a comunidade escolar da rede pública do Paraná; **Autuado sob o n.º 363/2023**, dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós, Mabel Canto e Marcio Pacheco, que cria a Campanha Estadual de Conscientização sobre herpes-zóster; **Autuado sob o n.º 364/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Agentes de Segurança Socioeducativo, a ser celebrado anualmente em 4 de outubro; **Autuado sob o n.º 365/2023**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Robert Thompson, com sede no município de Umuarama; **Autuado sob o n.º 366/2023**, do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de utilidade pública à Festa de Soquete de Carneiro e Paçoca de Pinhão de Guarapuava; **Autuado sob o n.º 367/2023**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública ao Clube de Rugby de Umuarama, com sede no município de Umuarama; **Autuado sob o n.º 368/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, que altera a Lei n.º 17.806, de 5 de dezembro de 2013, que institui a Semana Estadual de Combate à Violência Doméstica e Sexual Contra a

Mulher, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de agosto; **Autuado sob o n.º 369/2023**, do Deputado Batatinha, que altera a Lei n.º 18.624, de 20 de novembro de 2015, que institui o mês Maio Amarelo, dedicado às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 35/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2021, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Só lembrar aos colegas Deputados, *pela ordem*, que estamos com o quórum muito baixo. Quem estiver nos gabinetes, temos Projetos importantes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, que estejam em gabinetes, estamos com o quórum muito baixo, precisamos da presença em Plenário. Deputado Delegado Tito, por favor, o seu voto, Deputado Douglas Fabrício. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas e Tercílio Turini (33 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do*

Carmo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Luis Corti, Maria Victória, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Thiago Buhner e Tiago Amaral (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 35/2022.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 36/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2021, do fundo especial do controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Ana Júlia, seu voto, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Gilson de Souza, Moacyr Fadel. Deputado Cobra, por favor, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (40 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Goura, Maria Victória, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 36/2022.**

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 174/2023, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Alzimiro Thomé. Até para orientação dos Sr.^s Deputados, a nossa iniciativa de propositura deste título... este cidadão é um agricultor fundador do Banco Cresol e hoje Presidente do Banco Cresol em todo o Brasil. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): *Pela ordem*, Sr. Presidente. É cooperativa de crédito, não banco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Tinha que ser o Deputado Luís Corti, não é?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): É que isso ofende o sistema, chamar de banco.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É que na verdade, Excelência, Deputado Traiano...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Todos eles cuidam de dinheiro, Deputado Corti. Não tem muita diferença.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, ele tem razão. Vossa Excelência toma uma boa iniciativa homenageando alguém que lidera uma cooperativa de crédito solidário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Cooperativa de crédito. É verdade.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): E sabemos a importância que tem, porque ela é muito diferente dos bancos, porque a cooperativa de crédito trabalha com o capital regional e nunca com o dinheiro indo para fora do Paraná, é sempre na região, inclusive nas regiões em que a Cresol atua, como os outros bancos, o Sicob, o Sicredi e demais instituições financeiras. Bancos eles não são, são instituições financeiras.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Muito boa iniciativa, Traiano. A Cresol realmente merece.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço a todos os colegas que prestem atenção. O voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Artagão, seu voto. Deputado Batatinha, Delegado Tito, Denian Couto, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Gugu Bueno... Achei que V.Ex.^a estivesse em Portugal, Deputado Gugu Bueno, mas pode votar igual. Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Requião Filho e Tiago Amaral. Deputado Gugu, V.Ex.^a não votou ainda.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Não estou conseguindo, Sr. Presidente. Registre o meu voto favorável, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Goura, Gugu Bueno, Maria Victória, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º**

174/2023. Trinta e nove com o voto do Deputado Gugu Bueno. Está aprovado o Projeto.

Registro a presença na Casa da Vereadora de Medianeira, Sr.^a Aninha Santos Lima, por solicitação do Deputado Batatinha.

Os **Itens 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16 e 17** faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas, Sr.^s Deputados.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 280/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 50/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel que especifica. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 281/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 51/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Imbituva, do imóvel que especifica. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 282/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 52/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Almirante Tamandaré, do imóvel que especifica. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 308/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 56/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Francisco Beltrão, do imóvel que especifica.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 309/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 57/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Doutor Camargo, do imóvel que especifica. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 310/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 58/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Marilena, do imóvel que especifica. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 341/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Engenheiro Beltrão, do imóvel que especifica.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 342/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 64/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Goioerê, do imóvel que especifica.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 343/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Coronel Domingos Soares, do imóvel que especifica.

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 344/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 66/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Salgado Filho, do imóvel que especifica.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, já que o senhor não perguntou, vou falar: O voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Anibelli, Deputado Batatinha, Alexandre Amaro, Moacyr Fadel, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro. Deputado Gilberto Ribeiro, seu voto. Deputado Samuel Dantas, seu voto. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein*

*Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Goura, Maria Victória, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José(14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 7 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 283/2023, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, não está em bloco aqui?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou equivocado. Vamos, então, submeter ao voto os **Itens 7, 8, 12 e 13**, por serem matérias também correlatas.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 283/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 53/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Umuarama. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 284/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 54/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Quedas do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 311/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 59/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a

desafetação de segmentos rodoviários estaduais que especifica e a transferência do domínio desses ao município de Irati. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 312/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 60/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmento rodoviário que especifica e a transferência desse ao município de Marmeleiro.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, sempre lembrando que teremos mais uma Sessão Ordinária logo após esta Sessão. E reiteramos o convite aos Sr.^s Deputados para estarem em Maringá, a partir de amanhã, na interiorização da Assembleia Legislativa. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (37 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Maria Victória, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Com sua discussão...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ah! Deputada Mabel e Deputada Mabel, dois requerimentos: **Requerimento n.º 952/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, acerca do protocolo adotado para realização de consultas durante o pré-natal no sistema de saúde público estadual; e **Requerimento n.º 966/2023**, da Deputada Mabel canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, acerca das medidas adotadas pelo Estado a fim de auxiliar financeiramente o Hospital Bom Jesus, localizado no município de Ponta Grossa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de expediente. “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Envio de expediente, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Combinamos com a Deputada. Agradeço. “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 962/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 35 e 36/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 951/2023, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Administração e Previdência e Secretário da Saúde Pública, requerendo providências para a regularização dos serviços de saúde do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) no Hospital Casa de Saúde Doutor João Lima e Cegan, e no Hospital Santa Casa de Misericórdia, ambos no município de Cornélio Procopio, para que disponibilizem leitos de internamento hospitalar para servidores públicos das regiões norte e norte pioneiro; **Requerimento n.º 953/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia, requerendo providências urgentes diante das inúmeras quedas de energia elétrica no município de Primeiro de Maio; **Requerimento n.º 954/2023**, dos Deputados Paulo Gomes, Presidente da Comissão de Direito do Consumidor, Batatinha, Ana Júlia, Adão Litro e Hussein Bakri, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, requerendo o envio de proposta legislativa para a criação e implementação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 955/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson Leôncio Teixeira, requerendo estudos técnicos e de impacto financeiro para que seja equiparada a Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV no Corpo de Bombeiros, instituída pelo Decreto n.º 7585, de 6 de maio de 2021, com o valor da diária estabelecida no Decreto n.º 12.736, de 2 de dezembro de 2022, bem como estudos técnicos para o aumento de cotas das DEAEV; **Requerimento n.º 956/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson Leôncio Teixeira, requerendo estudos técnicos e de impacto financeiro para que seja equiparada a Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV na Polícia Penal, instituída pelo Decreto n.º 7585, de 6 de maio de 2021, com o valor da diária estabelecida no Decreto n.º 12.736, de 2 de

dezembro de 2022, bem como estudos técnicos para o aumento de cotas das DEAEV; **Requerimento n.º 957/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson Leôncio Teixeira, requerendo estudos técnicos e de impacto financeiro para que seja equiparada a Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV na Polícia Civil, instituída pelo Decreto n.º 7585 de 6 de maio de 2021, com o valor da diária estabelecida no Decreto n.º 12.736 de 2 de dezembro de 2022, bem como estudos técnicos para o aumento de cotas das DEAEV; **Requerimento n.º 958/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, sugerindo algumas definições no novo modelo de pedágio do Estado; **Requerimento n.º 968/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, sugerindo a criação do Índice de Qualidade do Ensino do município do Estado do Paraná, que será observado na distribuição do ICMS da quota parte dos municípios em função da qualidade educacional; **Requerimento n.º 969/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Ministro Bruno Dantas, Presidente do Tribunal de Contas da União, e ao Sr. Rafael Vitale Rodrigues, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, requerendo a inclusão da construção do Contorno Leste de Londrina como uma obra que necessariamente deve constar nas obrigações da concessionária que administrará os Lotes 3 e 4 do Novo Modelo de Concessão de Rodovias do Paraná; **Requerimento n.º 971/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações para o Sr. Leonel Carlos Anderman, técnico agrícola, biólogo, empresário, agricultor, paisagista e fotógrafo de natureza.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 959/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando a autorização para se ausentar do País em Missão Oficial Econômica e de Amizade a Portugal, entre os dias 12 a 17 de maio de 2023; **Requerimento n.º 964/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o arquivamento do Requerimento protocolado sob o n.º 925/2023.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 960/2023**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de maio de 2023; **Requerimento n.º 970/2023**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de maio de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 965/2023**, do Deputado Gugu Bueno, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 12 a 17 de maio de 2023.

Deferido conforme o Inciso Ido art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 967/2023**, do Deputado Paulo Gomes, para fins de tratamento de saúde, por trinta dias, partir do dia 4 de maio de 2023.

Requerimento cancelado.

Requerimento protocolado sob o n.º 961/2023, documento cancelado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, já marcando a Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira para logo após o encerramento desta Sessão, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 174, 280, 281, 282, 283, 284, 308, 309, 310, 311, 312, 341, 342, 343 e 344/2023 e 1.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 3/2023. Já solicito a todos que façam o registro de presença.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h35, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)